



Renísia Cristina Garcia Filice (UnB)

Biografia:

Professora Associada da Faculdade de Educação (UnB). Pós-doutora em Sociologia pelo Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho (Braga-Portugal). Doutora em Educação (UnB). Mestre em História Social (PUC/SP). Especialista em Filosofia (UFU). Graduada em História (UFU). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Raciais e Gênero FE (UnB). Investigadora do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos. Atua na área do Ensino de História, Educação e Direitos Humanos. Pesquisa sobre gestão de Políticas Públicas, Transversalidade, Intersetorialidade e Interseccionalidade em raça, gênero e classe nas políticas públicas de ações afirmativas. Contato: renisiagarcia@gmail.com

Entrevistador:

Adeir Ferreira Alves

Doutorando em Metafísica (UnB), mestre em Direitos Humanos (UnB), bacharel e licenciado em Filosofia (Instituto Santo Tomás de Aquino); professor da Secretaria de Educação do Distrito Federal (SEEDF); pesquisador do Grupo de Estudos em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Étnico-Raciais e Gênero/FE-UnB, membro do Núcleo de Estudos Afrobrasileiros-NEAB-UnB. Contato: adeir.liceu@gmail.com

Desafios contemporâneos das Ciências na Educação Básica

Nota contextual: A entrevista com a professora Renísia Cristina Filice integra a série planejada para o ano de 2024 como parte das celebrações dos 10 anos da Revista Com Censo (RCC). Ela traz reflexões de um debate urgente sobre a produção de conhecimento numa perspectiva epistêmica interseccional e que leve em conta visões de mundo não eurocêntricas para o enfrentamento dos desafios impostos pelo racismo, sexismo, capacitismo, LGBTfobia e classismo (que é a questão da classe). A entrevistada enfatiza ainda a relevância da formação continuada e da divulgação científica que, segundo a professora, precisam estar comprometidas com tais questões para contribuir no processo de implementação de políticas públicas.

1. Revista Com Censo (RCC): Sua atuação profissional é marcada por articular ações de políticas públicas na perspectiva interseccional (raça, gênero e classe) e há um reconhecimento público dessa contribuição. Em 2010, na sua tese, você analisou a relação entre raça, classe e gestão de escolas públicas no contexto do processo de implementação do artigo 26-A da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9.394/1996) que, de acordo com a redação atual, estabelece que, nas escolas de ensino fundamental e médio, é obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Considerando sua trajetória e os achados de sua pesquisa, após 15 anos, na sua opinião, qual a atuação possível de um periódico científico para que gestoras e gestores estejam cada vez mais engajadas/os na pauta antirracista?

Renísia Filice: Nessa pergunta vocês fazem referência a três pontos importantes. Um deles é a implementação do artigo 26-A da LDB, através da Lei nº 10.639/2003, que obriga o ensino da história e da cultura africana e afro-brasileira na educação. O artigo 26-A também é alterado pela Lei nº 11.645/2008, que inclui a obrigatoriedade da educação indígena. De 2007 a 2010, desenvolvi a tese *Raça e classe na gestão da Educação Básica: a importância da cultura na implementação das políticas públicas*, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UnB. Naquele momento, a minha grande preocupação era fazer um levantamento sobre a implementação da lei como instrumento de políticas públicas, mas que evidenciasse também a atuação política dos movimentos sociais. À época, parti do Núcleo de Estudos Negros de Santa Catarina (NEN), formado por um conjunto de intelectuais negros e ativistas que, provocados pela ausência da discussão e do debate racial nas escolas, entraram em contato, fizeram provocações à UNDIME, a União dos Dirigentes Municipais, para saber sobre a implementação da lei. Esse contato foi feito porque a UNDIME teria mais trânsito no cenário nacional para poder obter os resultados que eles

gostariam de ter. Os integrantes do NEN elaboraram três questões, uma sobre se as escolas tinham conhecimento da lei, a outra sobre se havia formação, e uma outra sobre a existência ou não de materiais didáticos e/ou paradidáticos, ou seja, se o Estado estava suprindo em alguma medida as carências das escolas sobre essa temática. Naquele momento o cenário foi na sua grande maioria, fatídico, mas que sinalizava que também já havia alguns protagonistas, também ativistas negros, em escolas, o que a gente chama de “EUquipe”, fazendo um trabalho diferenciado. Ou seja, assim que eu terminei minha tese de doutorado, daí para frente, naquela época, a base de estudos era muito voltada para o marxismo, até porque eu estava na Faculdade de Educação e lá essa perspectiva marxista ainda prepondera, é muito forte. Hoje já está mais incorporada a outras epistemologias, mas naquela época, de 2006 a 2010, era muito forte o marxismo. Assim que eu terminei minha tese de doutorado, eu mergulhei profundamente em um estudo de mais autores negros, negras, latino-americanos e principalmente africanos, africanas, indígenas, quilombolas, e aí nesse mergulho, eu fui aprofundando cada vez mais a discussão sobre uma perspectiva de intersetorialidade, transversalidade, interseccionalidade de gênero e raça nas políticas públicas, para tentar quebrar um pouco dessa ortodoxia. A contribuição do pensamento contra colonial foi fundamental. Não que o marxismo em si precise ser ortodoxo e determinista, mas a apropriação da teoria marxista tem sido, sim, ortodoxa e determinista. E a maioria dos pesquisadores estão muito pautados numa perspectiva de análise da questão racial, mas submetida a uma perspectiva de crítica capitalista e de classe. E quando os marxistas fazem isso, eles têm muita dificuldade de compreender outros marcadores que atravessam de uma forma muito potente, estruturante, a sociedade brasileira e as realidades das salas de aula. Eu estou falando da questão do racismo, do sexismo, do capacitismo, da LGBTfobia, elementos que compõem com o classismo (que é a questão da classe). Então o que eu quero dizer? O que um periódico precisa fazer para provocar os docentes no sentido de implementação da Lei nº 10.639/2003? Eu acho muito difícil num cenário desse – de marxismo ainda determinista, uma visão de classe muito presente e outros marcadores invisibilizados, no cenário do debate acadêmico brasileiro, de forma generalizada não só na educação – que um periódico sozinho tenha a capacidade ou a possibilidade de mudar essa realidade. Eu acho que o que um periódico vai fazer é trazer esses debates, sim. Precisa trazer esses debates que estejam mais comprometidos com a diversidade da sociedade brasileira, não só do ponto de vista, como dizem, de uma forma muito pejorativa, erroneamente identitária, mas do ponto de vista de entender como que a questão das desigualdades irá impactar de forma diferenciada negros, mulheres, pessoas LGBTQs, pessoas com deficiência, indígenas, pessoas que estão efetivamente em todos os bancos escolares, sejam eles da educação infantil, fundamental ou superior. Até para eu falar com vocês sobre o que eu acho que tem que ser uma produção do conhecimento afrorreferenciado socialmente,

eu já aciono as ações políticas e a presença das pessoas que compõem esse sistema de ensino. Então o periódico para mim é aquele que se compromete em colocar o seu conhecimento, o conhecimento à disposição da sociedade brasileira, que é diversa, que é múltipla, que é plural, e não adianta pensar só a questão de classe sem entender que raça marca a classe, que gênero também vai marcar a classe. Então, para mim, um periódico sério é aquele que faz um esforço imenso em trazer também outras epistemologias sem ficar agarrada nos clássicos europeus e norte-americanos, principalmente europeus, invisibilizando toda a práxis que aquele professor tem que confrontar diariamente. É sobre isso.

2. RCC: Considerando que tanto nas instituições educacionais quanto nas ciências em geral, existe uma predominância de epistemologias eurocentradas na produção e no ensino do conhecimento, qual o principal desafio para se trabalhar os elementos epistêmicos da cosmopercepção africana e afrodiáspórica (ancestralidade, história, memória, comunidade, espiritualidade, corporeidade, saberes tradicionais, etc.) na academia? E como a Educação Básica poderia atuar neste sentido?

Renísia Filice: O principal para que esses conteúdos provocados pelas Leis nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008 sejam aplicados em sala de aula é a própria formação de professores, que está toda comprometida pelo pensamento eurocêntrico. Então, exigir dos professores da Educação Básica que façam o dever de casa que nem a academia está fazendo, seria desleal. Então, acho que uma das coisas nas quais os professores da Educação Básica poderiam ser provocados a explorar é compreender o quanto a realidade da educação infantil, do ensino fundamental I e II e do ensino médio traz a inovação, traz a oxigenação, no sentido de pensar também outras práticas que estão acontecendo na sociedade, outras demandas. Vamos focar no ensino médio em particular. Os jovens estão sempre colocando pautas e possibilidades de pensar o mundo de uma forma diferente. E às vezes, se seus professores estivessem atentos e fossem provocados para tentar dialogar com essa realidade, eles estariam inovando, na verdade, sem perder o compromisso com a crítica anticapitalista, antirracista, antisssexista, lendo autores norte-americanos e, desculpa, lendo autores não norte-americanos e europeus, unicamente, mas também autores como, por exemplo, africanos e latino-americanos, que oferecem uma bagagem teórica, uma bagagem de prática, de compreensão da realidade brasileira, que é a afro-ameríndia, muito mais qualificada. São autores que têm um compromisso muito grande com o debate sobre como afetar a realidade, mudar, transformar essa realidade do ponto de vista da experiência. Muito assim, ali na linha de Paulo Freire, já que falam tanto em Paulo Freire, essa é a proposta desse pensador, mas não é isso que a gente vê. Nós vemos uma reprodução muito grande, mas, como eu disse, exigir da Educação Básica que ela resolva um problema que também está no Ensino Superior, e que também não se desgarrar dos chamados clássicos, é complexo. Até porque os indicadores de qualidade da Educação Superior e da Educação Básica são

muito orientados por esse público europeu. Então, nesse sentido, para essa academia de base europeia, é algo muito junto e misturado, então não dá para você separar uma coabrança em relação à Educação Básica, enquanto o Ensino Superior está todo ele ainda submetido e subserviente em relação à produção do conhecimento europeu.

3. RCC: Sua atuação acadêmica tem se caracterizado em conservar e/ou preservar o saber produzido para além da universidade. Um bom exemplo é a sua coordenação do projeto Afrocientista, já na sua 5ª edição, executado nas escolas de Ensino Médio do DF. Fale-nos um pouco desse projeto e de que Ciência estamos falando quando você articula o contato com diferentes segmentos (básico e superior) nesses espaços?

Renísia Filice: É exatamente isso que eu estava falando na questão anterior. Então, não se trata apenas, enquanto acadêmica, de fazer uma crítica sobre uma academia que precisa cortar na própria carne, que precisa se rever. É uma academia que está inserida no continente latino-americano, num país que é o quinto maior do mundo, como o Brasil, um país majoritariamente negro, com uma presença muito grande afro-ameríndia, e que fica se comprometendo com perspectivas brancocêntricas, e que muito pouco tem a ver com a sua própria realidade. O projeto *Afrocientista*, que está na sua quinta edição, é esse projeto, que agora está sendo implementado nas escolas do ensino médio do Brasil, porque é um projeto que nasce da parceria do Unibanco com a Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), da qual eu faço parte. Eu já fui da gestão da ABPN e sigo atuando nessa associação como pesquisadora. E o *Afrocientista* é esse projeto que tenta trabalhar com estudantes, com a juventude negra, tanto da perspectiva da iniciação científica, quanto do fortalecimento do pertencimento racial e da consciência crítica e racial acerca do envolvimento que essa juventude tem que ter com o país, com a cidadania, mas principalmente em termos de fortalecimento do seu pertencimento étnico-racial, de valorização de si mesmo e do seu território. Então, esse é um projeto que faz uma provocação em termos: da escrita; da norma culta; de como na academia também existe uma perspectiva de qualificação; do que é esse desenho da pessoa qualificada para estar em determinados espaços; espaços acadêmicos; para que eles queiram ocupar esses espaços da universidade; para que esses estudantes queiram fazer vestibular; para que esses estudantes se interessem pelo ensino formal e os resultados que eles podem impactar nas suas próprias vidas. Isso de limites existe? Existe. Mas existe também um sentimento de valorização dessas pessoas enquanto pessoas negras, que elas reflitam também desse lugar de pessoas negras e que elas consigam requalificar os limites que lhes são impostos em função da cor da pele, e que elas consigam principalmente superar o que dizem sobre elas e que elas comecem a criar expectativas sobre um outro mundo para elas, muito melhor do que a sociedade diz que elas não irão alcançar ou que impõe limites à pessoa justamente por ela ser negra. Então o *Afrocientista* é esse projeto que tem o compromisso de iniciação científica

e de fortalecimento do pertencimento racial com vistas à transformação da realidade desse próprio jovem de dentro para fora. É esse o objetivo do *Afrocientista* e que tem sido muito positivo, porque as metodologias utilizadas são metodologias que não são engessadas, que não são fixas, mas que se comprometem com a realidade desse estudante. É nesses termos que esse projeto tem sido desenvolvido e se consolidado no cenário nacional e os estudantes adoram. Então isso que é importante, o *feedback*, e que nós estamos conseguindo dialogar com esses estudantes da melhor forma possível e construir com eles, inclusive, um plano de trabalho que tem início, mas o fim é cada vez mais inovador. Por quê? Porque é no diálogo com eles que nós vamos fazendo adaptações e tudo mais. E para finalizar, no caso da UnB em específico, do GEPPHERG (Grupo de Estudos em Políticas Públicas, História, Educação das Relações Étnico-Raciais e Gênero), que é o responsável por desenvolver o projeto aqui no DF, assim como temos também muito acadêmicos negros na universidade que têm propostas inovadoras e comprometidas com a sociedade. Dessa forma, é muito tranquilo para nós atendermos as demandas que são postas pelos estudantes. Se querem falar de racismo-algoritmo, se querem falar de questão racial na química, na física, na biologia (que é uma demanda muito grande que eles têm), se querem pensar em engenharias também do ponto de vista de como a gente pode ter uma produção de conhecimento que não seja – uma produção de conhecimento – como se não existissem pessoas negras na ponta, para dialogar... Pessoas que são negras, que são mulheres, que são LGBTQs. Então, é também convidar pesquisadores que estão dialogando com a sociedade na sua diversidade. Então, o GEPPHERG faz essa ponte entre universidade e Educação Básica, e tem feito essa ponte com muita qualidade. Tanto é que a gente ganhou o prêmio GELEDES em 2022, junto com o IFB, que tratava justamente disso, que são metodologias que ajudam a redução da evasão escolar. O *Afrocientista* é uma dessas metodologias de ensino voltadas para a Educação Básica e que fortalece o diálogo entre a universidade e Educação Básica.

4. RCC: A pesquisa como princípio formativo na Educação Básica é um valor que norteia a produção científica e as publicações da Secretaria de Estado de Educação do DF (SEEDF), estimulando o letramento e a cultura científica no ambiente escolar e visando uma perspectiva epistêmica plural por meio da Revista Com Censo (RCC) e da Revista Com Censo Jovem (RCCJ). Na sua opinião, quais são os desafios da produção de conhecimento, a partir da Educação Básica, para o combate à desinformação e às formas de discriminação no ambiente escolar?

Renísia Filice: Eu acho que vocês estão, assim, nessa pergunta específica, colocando muito peso num periódico científico. Um periódico, uma revista, não tem o poder de mudar a realidade dessa forma, eu acho que tem limites, e os limites estão postos nas perguntas que eu acabei de responder anteriormente. Na própria práxis, na prática, tanto da universidade, que impacta a Educação Básica, especialmente na formação de professores, quanto na

Educação Básica também, está muito pautada nos princípios eurocêntricos, porque não avança na crítica à sua própria realidade e território. Então, eu acho que, mesmo que escreva Letramento Racial da Cultura Científica no Ambiente Escolar, usando uma perspectiva sistêmica plural, eu não sei se isso está posto com tanta força. Pode a crítica até estar na revista, como vocês falam, mas isso não está posto na Educação Básica e nem na universidade, do ponto de vista da prática; pode até ter algum registro teórico sobre isso, mas isso não está acontecendo, então, eu acho que o grande desafio é superar essas amarras e esses limites. Acho que esse fazer pedagógico com base numa práxis que não seja exclusivamente eurocêntrica é um dos grandes desafios. Os desafios eu acho que é criar metodologias que evidenciem a riqueza das práticas que se estão desenvolvendo nas escolas. Se é para poder fomentar o fortalecimento da revista, do periódico, eu acho que o grande desafio está em registrar os projetos, os inúmeros projetos que ocorrem na Educação Básica e que têm tido sucesso no fortalecimento da igualdade racial, da promoção da igualdade racial, de gênero e também na qualificação dos estudantes do ponto de vista da educação formal e da produção do conhecimento acadêmico. Eu acho que é isso, é o fortalecimento da pessoa enquanto cidadã, negra, mulher, LGBT, que seja de forma generalizada e concomitantemente deve qualificar esses estudantes em termos de instrumental, raciocínio, compreensão da realidade, do território, valorização das pessoas de uma forma muito mais harmônica, de uma forma muito mais respeitosa para com a diversidade e as diferenças. A gente tem que educar para a ciência, mas também a gente tem que educar em e para os direitos humanos. Mas não direitos humanos *gourmet*, como diz o Ailton Krenak, e sim direitos humanos que pensem nas adversidades e que não se percam nas chamadas diversidades que fala “das pessoas” e não “com as pessoas”. Então eu acho que a Educação Básica tem um potencial muito grande para que essas ações aconteçam. E a revista poderia ser um instrumento que se comprometa em divulgar essas ações, que consiga localizar esses projetos que estão fazendo a diferença nesses termos de provocar para o autoconhecimento e respeito a si mesmo e ao mesmo tempo para atender esse formato que a academia também coloca e que a sociedade apresenta como sendo elementos principais do letramento de uma formação que se entende como sendo uma norma culta, acadêmica e tudo mais.

5. RCC: A Revista Com Censo é um periódico científico da SEEDF, sendo uma grande parte de autores/as professores/as da Secretaria de Educação, dos quais muitos são egressos/as da UnB. Em 2024, a Revista completa uma década de existência. Quais dicas você daria para os próximos dez anos deste periódico sobre possíveis contribuições para a popularização da ciência numa perspectiva epistêmica plural e diversa?

Renísia Filice: Primeiro, eu parablenizo a revista por esse compromisso com a produção do conhecimento mais comprometida com a transformação da realidade. E eu acho que esses periódicos têm uma contribuição

muito grande, é isso que eu falei na pergunta anterior também, quando eles conseguem registrar essas experiências de projetos que conseguem fazer essa dobradinha, que é o fortalecimento do pertencimento e respeito dessas crianças para consigo mesmas, pois estamos numa sociedade racista, sexista, LGBTfóbica e tudo mais e que minimiza a contribuição dessas pessoas. Então, o ensino que se compromete com o fortalecimento desse pertencer e, junto a isso, consegue fomentar um saber mais qualificado, mais problematizador acerca da realidade e que essas pessoas consigam colocar o conhecimento à disposição da transformação da sua realidade, da sua comunidade, do seu território, eu acho que isso é fantástico. Um período que se pretende engajado com a pauta da diversidade precisa pensar na contribuição também de autoras como Lélia Gonzalez, Grada Kilomba, Carla Akotirene, mesmo que você misture com autoras como Michelle Perrot, Simone de Beauvoir, Judith Butler e outras autoras que não são brasileiras [e nem negras], mas que sejam autoras como Givânia Silva, que é quilombola, Suliete Baré, que é indígena, ou seja, uma quantidade muito grande de autoras de diferentes nacionalidades, de diferentes territórios, que têm um compromisso de pensar a realidade sob outros focos e pontos de vistas diferenciados que compõem essa sociedade brasileira, no sentido de provocações que levam essas pessoas a responderem a partir desse lugar como que elas resolvem problemas diversos e múltiplos, porque nós vivemos em sociedades complexas. Então, pensar perspectivas epistêmicas, plurais e diversas é justamente possibilitar que autoras e autores de diferentes continentes, diferentes países, diferentes territórios sejam lidos a partir desses lugares, que eles possam se comprometer em apresentar uma forma múltipla e diversa de solucionar problemas que lhes são postos. Essa é a grande questão. E, de uma certa forma, que esses problemas sejam também acionados por essa comunidade, no sentido de resolver, na medida do possível, as problemáticas que lhes são apresentadas, e que também, em uma organização política, essa sociedade também consiga, esses professores junto com esses estudantes, consigam transformar essas demandas em problemas que vão ser incorporados à pauta governamental e podendo, inclusive, desencadear políticas públicas muito efetivas de mudança da realidade. Então, é um ciclo que, dialeticamente, vai juntando a perspectiva da construção do conhecimento e a perspectiva da práxis, da implementação dessas possibilidades que essa ciência inovadora apresenta em termos de solução para problemas complexos da sociedade brasileira. É sobre essas questões que a gente está tentando problematizar uma produção do conhecimento que seja autorreferenciado. Mas que também seja referenciada socialmente. ■